

O Tratado sobre a (in)Tolerância

» OTÁVIO SANTANA DO RÉGO BARROS
General de Divisão da Reserva

“Quando por alguém pretendemos nos pautar, é pelo lado bom que convém se assemelhar.”
(Molière)



Em 9 de março de 1762, Jean Calas, um comerciante de tecidos radicado em Toulouse, pai de família justo e severo, foi executado por ordem do tribunal daquela cidade, sob a alegação de que assassinara seu filho, Marc-Antoine, por, supostamente, abjurar a causa calvinista e se converter ao catolicismo.

A França católica, em guerra com a Inglaterra protestante, vivia uma política repressiva, instaurada contra os huguenotes, que os obrigava a converter-se ou abandonar o país.

A acusação contra Jean Calas foi baseada em boatos falaciosos, alimentados pela vizinhança e por clérigos interesseiros.

O comerciante, velho e alquebrado, resistiu aos suplícios, perpetrados pelos golpes dos carrascos, e morreu sobre a roda — instrumento de tortura que esticava o condenado até que seus ossos se partissem —, clamando a Deus para testemunhar sua inocência e pedindo-lhe perdão por seus algozes.

Colocando-se contra essa barbárie e lutando em defesa da justiça à memória e à viúva de Calas, Voltaire publicou *O tratado sobre a tolerância*.

O filósofo atacava o fanatismo irracional que tomara as rédeas da sociedade e pregava a aceitação e o respeito ao próximo. Sua peça serviu como instrumento para que, três anos após a execução, o tribunal de Paris decretasse nula a sentença e restituísse os direitos religiosos e financeiros à família e aos outros envolvidos.

No capítulo, “se a tolerância é de direito natural e de direito humano”, encontra-se a passagem mais substancial daquela obra:

“O grande princípio, o princípio universal de ambos (aqui ele compara o direito natural ao humano), é, em toda a Terra, o seguinte: Não faz para o outro aquilo que não gostarias que fizessem a ti”.

“Ora, não vemos como, seguindo este princípio, um homem poderia dizer ao outro: Acredita nisso em que eu acredito, ou então morrerás[...]. Crê, ou repugnar-te-ei. Crê ou farei a ti todo o mal que puder. Monstro, não tens minha religião, então não tens religião alguma. Deves ficar em horror para teus vizinhos, para tua cidade, para a tua província.”

O Tratado sobre a tolerância é um texto que permanece atual, atualíssimo. A intolerância graças na imprensa, na política, na igreja, no local de trabalho, no esporte, entre colegas de profissão, entre amigos, entre familiares. Nem tocarei em mídias sociais, pois demandaria outro tratado.

Se não rezas da mesma cartilha da contraparte e defendes a mesma ideia, tens distorcido o correto sentido do que falastes.

A frase “acredita nisso em que eu acredito ou então morrerás”, com adaptações para amenizá-la, se enquadra, em nosso tempo, para tudo o que fazemos, dizemos, pensamos.

Como atores preponderantes dessa guerra de consciência vemos as instituições agirem para acelerar a divisão.

A imprensa distorce em benefício dos acessos que se transformem em dinheiro de publicidade.

A política distorce em benefício do voto que lhe traga sinécuras.

A igreja distorce em benefício da conquista das almas dizimistas.

No trabalho se distorce em benefício de promoções não merecidas.

No esporte se distorce para deleite do tribo desordeira.

Entre colegas de profissão se distorce em benefício de visibilidade sabuja à chefia.

Entre amigos se distorce, entre familiares se distorce.

Ter uma opinião original é pecado capital. O livro sobrevoa a tolerância desde a Grécia e a Roma antigas até o século 18, quando foi escrito, mostrando a perspectiva de cada época.

Destaca um homem irracional (pautado mais pela emoção) que também é interesseiro e invejoso (nesse caso, é racional), atributos sintetizados na intolerância.

Vivemos horas de angústia, que não são exclusivas ao nosso país, de incertezas, diante da convicção fanática e dos boatos falaciosos — semelhantes aos que fizeram Calas fenecer.

A persistir essa intransigência, deve-se temer, em futuro próximo, uma nova noite de São Bartolomeu — massacre de protestantes ocorrido em 1572, cujo número de vítimas atingiu dezenas de milhares.

Se estou sendo pessimista, peço-vos a indulgência e a compreensão em face de que também sou um (in)tolerante.

Paz e bem!

Lula pode não abrir mão de candidatura

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO
Consultor de estratégia

Hoje o Brasil foi sacudido por uma notícia bombástica: Lula admitiu abrir mão de sua pré-candidatura para começar a trabalhar em prol da unidade da oposição a Bolsonaro. Em nota divulgada à imprensa, ressaltou que, “aos 76 anos, depois de refletir bastante, cheguei à conclusão que a defesa da democracia é maior que qualquer projeto eleitoral ou partidário”.

Ao tomarem conhecimento desse surpreendente gesto, Ciro, Dória, Leite, Simone, D’Ávila resolveram procurar o ex-presidente propondo que todos se sentassem à mesa com o objetivo de construírem, em conjunto, uma agenda programática mínima como primeiro passo para a definição de quem disputaria a Presidência em nome do grupo, sem veto prévio a ninguém.

Outro que se mostrou muito animado foi Kassab, até porque todas as suas tentativas de emplacar uma pré-candidatura se frustraram, colocando em xeque a fama de bruxo que o acompanha desde que saiu do DEM para fundar o PSD em 2011. Defensora recorrente da ideia de que um programa deve preceder a escolha de nomes, Marina Silva se colocou à disposição para ajudar no processo.

Roberto Freire, Paulo Hartung e Eduardo Jorge saudaram entusiasmadamente a iniciativa por contemplar o que vinham defendendo há muitos meses. Cristovam Buarque e Raulo de Rodrigues, que haviam aderido à pré-campanha do petista, também aplaudiram a decisão de se buscar uma unidade oposicionista.

Os apoiadores de Bolsonaro, igualmente surpreendidos, rapidamente foram às redes sociais para desqualificar o movimento.

Numa reação marcada por perplexidade e ódio, começaram a compartilhar imagens e fake news, provavelmente produzidas pela equipe do filho 02, tentando mostrar que os atores acima, além de comunistas, teriam sido beneficiários dos esquemas de corrupção desvendados pela Lava-Jato.

Já os psolistas entraram em campo para dizer que Lula estava traindo a classe trabalhadora, sendo acompanhados pelas tendências radicais do PT. E Boulos declarou que vai reavaliar a retomada da disputa pelo governo de SP. Você acreditou? Desculpe, mas hoje é 1º de abril.

Infelizmente, Lula não encarna o estadista que a conjuntura política exige. Continua buscando a adesão incondicional à sua campanha, com base na narrativa “confie em mim porque sei como fazer” e ostentando a condição de salvador da pátria.

Muita gente poderá questionar por que um favorito nas pesquisas deveria abrir mão da disputa. Sem tirar a razão de quem pensa dessa forma, o que está em jogo é termos a capacidade de pensar o processo político para além das eleições. Afinal, não podemos correr o risco de encarmos mais quatro anos desse governo.

Alguém duvida que, se Lula for eleito sem mudar sua postura atual, nosso país viverá mais quatro anos de instabilidade política e econômica? O bolsonarismo fará uma oposição renhida e desestabilizadora, contando com a ajuda de uma bancada parlamentar forte o suficiente para criar dificuldades ao governo.

Por isso, seria imprescindível que o líder das pesquisas tomasse a iniciativa de buscar uma

articulação para construir uma ampla aliança eleitoral que apontasse na direção de uma futura coalizão governamental capaz de preservar a democracia, resgatar a economia e promover a pacificação do país. E tal situação só seria possível a partir da elaboração conjunta de um programa mínimo que contemplasse a maior parte das forças políticas que se opõem a Bolsonaro. Poderia se inspirar nos recentes exemplos de Israel e Alemanha.

Porém, lamentavelmente, a campanha petista caminha em sentido oposto. Um exemplo é a chantagem em curso contra setores oposicionistas, atribuindo-lhes a responsabilidade por uma eventual reeleição do presidente, particularmente diante da tendência de crescimento de Bolsonaro apontada nas últimas pesquisas.

Ora, se, como afirmam, o mais importante é derrotar o presidente nas urnas, por que não tomar a iniciativa de promover uma verdadeira concertação? A resposta pode estar na história do PT. Foi assim em 1985, quando preferiram se isolar ao proibir o voto em Tancredo Neves contra Maluf no Colégio Eleitoral. Ou quando condenaram a Constituição cidadã em 1988. E ao se recusarem a compor um governo de transição sob a liderança de Itamar Franco, após a vitoriosa campanha unificada que levou ao impeachment de Collor. Ou seja, se não puderem ser os donos da bola, preferem a derrota. Ainda dá tempo de mudarem o comportamento, mas receio que, no limite, prefiram ver o presidente reeleito em vez de abrirem mão da prática hegemônica. A conferir o que prevalecerá.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Equilibrando-se numa perna só

Quando dizem que os Três Poderes da República, mesmo diante da enorme responsabilidade de manter o Estado democrático de direito, estão em desabalada corrida rumo à instauração de um perigoso conflito institucional, o quadro realmente é grave. Exemplos dessa instabilidade são os episódios recorrentes, menores e mesquinhos, como o recente caso de confronto aberto entre o deputado Daniel Silveira (sem partido) e a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que o obriga, por motivos claros, a usar tobozadeira eletrônica.

Pensar que todo esse imbróglio, ao fim ao cabo, prejudicial ao próprio cidadão, poderia ser evitado, sem desgastes e, principalmente, sem a desmoralização nacional dos Poderes da República. Para isso, bastaria a adoção do mecanismo de recall, em que o eleitor, que, afinal, é o responsável direto por aquele em quem votou, chamaria de volta esse parlamentar, indicando para a função o segundo deputado mais votado naquela zona, sem a necessidade de encenar esse espetáculo que envergonha a todos. Primeiro, pela qualidade sofrível de muitos parlamentares eleitos nessa e em outras legislaturas. Segundo, pela maneira rápida e eficaz com que se efetuará essa troca.

É preciso entender que os parlamentares com assento no Congresso estão nessa função para servir aos seus respectivos eleitores em tudo o que necessitam para a manutenção da plena cidadania, como construção e reformas de escolas, de hospitais, de postos de saúde, estradas, instalação de rede pluvial, de esgoto, de água potável entre outras benfeitorias para a sociedade.

Ninguém de posse de suas faculdades mentais elegerá um indivíduo, com todos os custos que essa decisão acarreta, para que ele venha para Brasília brigar e arranjar encrencas de toda a ordem, desafiando ministros e instigando o confronto entre os Poderes. O que o cidadão eleito necessita não são rufiões e outros valentões agindo dentro do parlamento. Aliás, é preciso lembrar que a Casa Legislativa do país deveria ser ocupada, como foi em tempos distantes, por pessoas gabaritadas e devotadas plenamente à vida política.

Os valentões na política ficam marcados na história de nosso parlamento como pessoas incapazes de agir com a razão, preferindo a força física à outras alternativas mais nobres como a palavra.

O STF, que deveria tratar esse caso com o desdém que merece, ainda se esforça para jogar mais gasolina na fogueira, elevando o tom das ameaças sem lastro ou coragem, dando status a uma questão, que por si, nada resta de interesse para o país.

Eis aqui mais um caso que, fugindo as altas atribuições dos Poderes do Estado, coloca em confronto o Executivo, cujo deputado defende, o Legislativo, que não teve coragem para encerrar o caso logo no primeiro lance e o Judiciário, cujos ministros deveriam deixar de lado a gana por ações políticas e se dedicarem ao que deve ser seu mister, a defesa da Constituição.

Três Poderes que, num caso menor como esse, não se entendem, e, o que é pior, encorram um meio de acrescentar mais instabilidade institucional a um Estado, que, per si, vem se equilibrando com uma perna só.

» A frase que foi pronunciada

“Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências entre os indivíduos.”

Barão de Montesquieu

Passado e presente

» Em pesquisa minuciosa de final de curso, o cadete Breno Vinícius Pereira Aguiar mostra que é preciso novos projetos que tornem melhor a vida dos bombeiros aposentados. A corporação é a mais respeitada pela sociedade. O deputado distrital Roosevelt Vilela, eleito com muitos votos dos colegas bombeiros, tem se dedicado, com brilhantismo e sensibilidade, às causas e missões.

Presente e futuro

» Na Câmara Legislativa ocorreu o lançamento da segunda edição da revista *Veteranos*, que leva ao conhecimento da sociedade toda a experiência obtida na carreira. O trabalho de Breno Aguiar sugere a construção da Casa do Veterano, que seria um local de acolhimento, apoio, aprendizado e profissionalização aos militares da reserva remunerada ou reformados.

» História de Brasília

Uma nota para os que falam no retorno da Capital: há vagas em todas as escolas do Plano Piloto, para qualquer ano do curso primário. (Publicada em 20/2/1962)